



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Silveira Bauer, Caroline; Felizardo Nicolazzi, Fernando
O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea

Varia Historia, vol. 32, núm. 60, septiembre-diciembre, 2016, pp. 807-835

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384446660009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O historiador e o falsário

Usos públicos do passado e alguns *marcos*
da cultura histórica contemporânea

The Historian and the Forger

Public Uses of the Past and Some *Marks*
of Contemporary Historical Culture

CAROLINE SILVEIRA BAUER

Departamento de História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avenida Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre, RS, 90.046-900, Brasil

carolinebauer@gmail.com

FERNANDO FELIZARDO NICOLAZZI

Departamento de História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avenida Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre, RS, 90.046-900, Brasil

f.nicolazzi@hotmail.com

RESUMO Este ensaio propõe uma reflexão sobre diferentes formas de usos do passado a partir de dois episódios distintos: a polêmica envolvendo o historiador catalão Enric Marco Battle na primeira década do século XXI na Espanha; e a intervenção pública do historiador brasileiro Marco Antonio Villa sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Nosso intuito é problematizar questões relativas à cultura histórica contemporânea, mais especificamente, ao estudo sobre passados traumáticos, discutindo temas como o do testemunho, da verdade e da veracidade dos relatos históricos, dos usos e abusos do passado. O argumento está

Recebido: 25 jan. 2016 | Revisto pelo autor: 10 abr. 2016 | Aceito: 15 abr. 2016

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016

centrado na ideia de que, para além das questões de ordem epistemológica, o tema dos usos públicos da história têm levado os historiadores a refletirem sobre sua própria prática em termos da função social e suas respectivas consequências políticas. Colocadas nestes termos, as narrativas e interpretações sobre o passado podem ser situadas em uma zona de fronteira, cujos limites nem sempre são perceptíveis, entre o trabalho do falsário e o ofício do historiador.

PALAVRAS-CHAVE Enric Marco Battle, Marco Antonio Villa, usos do passado

ABSTRACT This essay proposes a reflection on different approaches of the uses of the past through two distinct episodes: the controversy involving the Catalan historian, Enric Marco Battle, in the first decade of the twenty-first century, in Spain; and the public intervention of the Brazilian historian, Marco Antonio Villa, on civil-military dictatorship, in Brazil. We discuss issues related to the contemporary historical culture, above all, to the study of traumatic past, including the testimony, the truth and truthiness of historical narratives, the uses and abuses of the past. The argument focuses on the idea that, beyond the issues of epistemological order, the subject of public uses of the history has led historians to think on their own practice, considering the social function and its political consequences. Therefore, the narratives and interpretations of the past can be located in a frontier zone, whose limits are not fully perceptible, between the forger's labor and the historian's craft.

KEYWORDS Enric Marco Battle, Marco Antonio Villa, the uses of the past

*“O passado é
um rio adormecido
parece morto, mal respira
acorda-o e saltará
num alarido”*

José Eduardo Agualusa
(*O vendedor de passados*, 2004)

Sobre a figura do historiador, Luciano de Samósata sugeriu: “assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [...] que seja juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou” (Luciano, 2008, p.41). As palavras elevadas do autor antigo sobre o que deve fazer o historiador, escritas no século II de nossa era, amparam-se em uma concepção de história que ainda hoje nos é cara: “é que do historiador a obra é uma só: dizer as coisas como se passaram [...] pois só isso, como eu disse, é próprio da história e só à verdade deve oferecer sacrifícios quem irá escrever a história” (Luciano, 2008, p.31-32).

Como se sabe, Luciano não era um historiador, mas sim um ouvinte crítico e um leitor judicioso daquilo que os historiadores narravam. Ainda assim, foi o autor de um pequeno texto intitulado justamente *Histórias verdadeiras*. Logo de início, o escritor adverte aos seus leitores sobre o caráter e o teor do que lhes é oferecido: “não apenas a estranheza do assunto e o agradável da invenção os distrairão, assim como minha maneira de relatar mentiras diversas de modo plausível e verossímil” (Luciano, 2008, p.2). Ou seja, nas histórias verdadeiras de Luciano, o leitor já sabe que não encontrará senão mentiras plausíveis e verossímeis, o que redime de culpa o autor, uma vez que não há trapaça ou engodo em sua posição. Escrever histórias verdadeiras que só dizem mentiras, neste caso em particular, não fere qualquer princípio moral de leitura.

De início, nos deparamos com uma condição singular: se escrever a verdade requer sacrifícios para o historiador, ao escritor satírico e autor do que se pode chamar de ficção¹ é concedida a licença para mentir, desde que mantidas com considerável grau de plausibilidade e verossimilhança ou, em outras palavras, desde que passíveis de crença porque avizinhas do registro verdadeiro. Dessa inusitada situação, algumas perguntas podem ser colocadas a partir do interesse que este ensaio possui, ou seja, pensar sobre a função que a história desempenha em uma determinada sociedade e as modalidades de uso do passado que nela se manifestam. Assim, indagamos: pode o mentiroso dizer a verdade?, pode a mentira dita por ele assumir um valor de veracidade para a história e, com isso, manifestar algum tipo de validade moral? Se aceitarmos que qualquer função que se possa ser atribuída à história e ao historiador está ligada e depende do caráter verídico assumido pelo discurso historiográfico, o pacto de veracidade mantido entre o historiador ou a historiadora e seus públicos, qual o lugar da mentira para esta reflexão específica? Afinal, lembrando as palavras que Cícero fez Antonio pronunciar no *De oratore* (I a.C.), talvez haja uma hierarquia implícita nessa discussão: “quem não sabe que a primeira regra do gênero [da história] é não ousar dizer nada de falso? a segunda, ousar dizer tudo que é verdadeiro?” (Cicéron, 1966, XI). Dito de outra forma, antes de dizer a verdade, cabe ao historiador evitar a mentira.

Para tentar desenvolver um pouco mais esta reflexão, nos distanciaremos dos antigos, fazendo menção à curiosa história de um personagem que viveu ao longo do século XX, atravessando algumas das situações mais traumáticas ocorridas neste período.

§

1 Sobre a dimensão fictícia em Luciano, ver BRANDÃO, 2001.

Enric Marco Battle nasceu no dia 14 de abril de 1921, em uma cidade próxima a Barcelona chamada Sabadell. Apesar de ter vivido uma infância marcada por uma situação familiar bastante turbulenta, encontrou meios para se manter enquanto trabalhador mecânico e, em função disso, desde o início de sua vida profissional interessou-se pelas questões sindicais e pelo movimento operário na Espanha. Atuou intensamente ao lado das forças anarquistas na guerra civil espanhola (1936-1939), tendo sido ferido em batalha e preso, posteriormente, durante a ditadura de Franco. Findos os confrontos, derrotados os republicanos e com a Segunda Guerra Mundial já deflagrada, escapou clandestinamente para a França onde foi preso pelo regime de Vichy em Marselha, entregue às autoridades alemãs e deportado para o campo de concentração de Flossenbürg, no sudeste da Alemanha, perto de Munique. Ali, tornou-se o preso de número 6.448.

Sobrevivente da experiência concentracionária, após o fim da guerra Marco retorna para a Espanha, onde mantém uma intensa atividade política e sindical. Chegou a ser, nos anos 1970 e no contexto da transição pós-franquismo, o secretário-geral da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), importante associação de caráter anarquista fundada em Barcelona no início do século XX. Em função de fortes desavenças políticas, é expulso em 1980. Apesar disso, seu nome já gozava de considerável repercussão pública no ambiente espanhol em razão não apenas de sua atividade sindical, mas também por conta da sua condição de testemunha viva do regime nazista. Em 1978, seu colega da CNT, Eduardo Pons Prades, escritor e historiador especialista na história espanhola do século XX, publica alguns relatos testemunhais de Marco. Sua notoriedade, e o fato de ter filhos em idade escolar, permitiram que nos anos 1990 se tornasse vice-presidente da Federação de Associações de Pais e Alunos da Cataluña (FAPAC). Passa a ministrar aulas sobre o nazismo em escolas, tornando-se um dos principais e mais eloquentes empreendedores da memória sobre a guerra civil e, sobretudo, da Segunda

Guerra.² Com isso, tornou-se um destacado representante da *Amical de Mauthausen*, a associação espanhola dos sobreviventes desse centro concentracionário nazista.

Em janeiro de 2005, no contexto do sexagésimo aniversário de libertação do campo de Auschwitz pelo exército soviético, o parlamento espanhol prestou, pela primeira vez, homenagem oficial às vítimas e sobreviventes da *Shoah* e aos cerca de nove mil republicanos espanhóis deportados para os campos de concentração nazistas. Na solenidade, Marco relata emocionado as agruras sofridas por ele e por outros como ele:

Quando chegávamos aos campos de concentração nos trens infectos feitos para o gado, nos desnudavam completamente, retiravam nossos pertences; não apenas como um ato de rapina, mas sim para nos deixar completamente nus e desprotegidos: a aliança, a pulseira, a corrente de ouro, as fotos. Sozinhos, desassistidos, sem nada. Nada que lhe pudesse recordar o exterior, nada que lhe pudesse recordar a ternura de alguém que lhe permitiria seguir vivendo com a esperança de que voltaria a recuperá-la. Nós éramos pessoas normais, como vocês, mas eles nos desnudavam e logo seus cachorros nos mordiam, nos cegavam suas luzes de lanterna, nos gritavam em alemão ‘esquerda, direita’. Nós não entendíamos nada e não entender uma ordem poderia lhe custar a vida.³

Alguns dos ouvintes verteram lágrimas diante daquela vítima e daquele sobrevivente que relatava ali, de forma crua e direta, sua própria experiência histórica. Marco fazia da sua vivência uma lição de história, ativava

2 Elizabeth Jelín, a partir dos estudos de Howard Becker, propõe a definição de “empreendedores de memória” para aquelas pessoas que desenvolvem iniciativas de cunho jurídico, pedagógico, etc, relacionadas às situações-traumáticas, promovendo com suas ações o impulso necessário para o debate sobre esses temas. São agentes sociais que, conduzidos pela experiência como familiares ou amigos de ex-presos e perseguidos políticos, ou pela empatia com a causa, mobilizam-se e despertam compaixão e solidariedade, rechaço ou vergonha, mas nunca indiferença. JELIN, 2009, p.123-124.

3 Soy un embustero, pero no un falsario. *El País*, 26 jun. 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/06/26/domingo/1309060356_850215.html; Acesso em: 21 jan. 2016.

as lembranças coletivas ocultadas pelo trauma ou pela convivência, transformava sua própria memória em uma espécie de trabalho de luto para aquela sociedade. Sua história testemunhal assumia, assim, uma função cívica importante, a ponto de, em 2001, o governo catalão lhe atribuir sua máxima condecoração cívica: a cruz de Sant Jordi.

§

O caso de Marco é bastante significativo do peso que o relato de história, neste caso de caráter testemunhal, pode assumir em uma determinada comunidade.⁴ Diante das memórias esquecidas e, mais importante, diante das posturas negacionistas, daqueles que Yosef Yerushalmi e, depois dele, Pierre Vidal-Naquet chamaram de “assassinos da memória”, que procuravam negar a existência de campos de extermínio criados pelos alemães, a intervenção pública desse personagem assume uma evidente dimensão ética que pode ser projetada para o saber histórico como um todo: a história deve narrar o passado tal como ele efetivamente ocorreu, como nos advertiu Luciano de Samósata no século II e repetiu Leopold von Ranke dezessete séculos mais tarde, justamente no contexto em que a história era tornada uma disciplina científica autônoma. Todavia, para além dessa dimensão ética, é possível atribuir ao exemplo de Marco igualmente uma dimensão epistemológica, transformando seu relato em algo mais do que a narrativa da memória de uma testemunha.

Em meados dos anos 1970, com mais de cinquenta anos de vida, Marco havia se matriculado na faculdade de história da Universitat Autònoma de Barcelona. Ou seja, além da força testemunhal que assumia, sua fala dispunha também do tipo de autoridade que a história, enquanto disciplina acadêmica, oferece àqueles que procuram atuar em seu nome. Em outras palavras, mesmo que ele não tenha se transformado efetivamente

4 As dimensões deste artigo não permitem um desenvolvimento mais extenso sobre o tema da testemunha e dos relatos testemunhais. Sugerimos, no entanto, as seguintes referências: FRIEDLANDER, 2007; FRANCO; LEVÍN, 2007; GAGNEBIN, 1998; WIEVIORKA, 2003; HARTOG, 2005.

em um historiador acadêmico, ao seu relato era atribuída tanto a autoridade ética do testemunho, quanto a autoridade epistemológica do conhecimento. Em um contexto marcado por aquilo que Pierre Nora chamou de “tirania da memória”, pelo “dever de memória” e pela “imperiosa obrigação de recordar”, a posição de Marco estava igualmente amparada pelos fundamentos que sustentam a história enquanto saber, fazendo dela algo distinto e, por vezes, antagônico à memória.

Assim, como adverte Nora discorrendo sobre nossa cultura histórica:⁵

o que é novo, e isso está relacionado ao terrível infortúnio do século, é a reivindicação de uma verdade que é mais verdadeira do que a verdade da história. A memória é um tipo de justiça. Em outras palavras, a memória lembra e a história esquece. Hoje em dia, a história deve proporcionar o conhecimento, mas a memória dá o significado. (Nora, 2009, p.9).

Se, como afirmou o escritor espanhol Javier Cercas, Marco tornou-se, a partir dos anos 1990, uma espécie de *rockstar* da memória histórica na Espanha, há que se considerar igualmente que por trás da sua fala havia ainda o resguardo do discurso historiográfico: Marco não falava apenas “de memória”, mas também a partir de uma forma de conhecimento que obedecia a protocolos e regras bastante específicas. Com isso, sugerimos que a autoridade de seu relato se encontrava não somente na sua qualidade de testemunha e, mais do que isso, de vítima, mas também no fato dele falar como alguém versado na disciplina histórica. Sobretudo, como alguém cuja retórica sempre foi extremamente convincente. Nas palavras de um jornalista espanhol: “Marco fala no tempo presente, cuida

5 A noção de *cultura histórica* aqui mobilizada remete para as formas pelas quais determinada sociedade pensa a si mesma no tempo, articulando as categorias de passado, presente e futuro e constituindo modalidades variadas de representação desta mesma experiência temporal. A historiografia seria apenas uma destas modalidades que, em uma cultura histórica específica, insere-se em um contexto de tensões e disputas discursivas com outras modalidades distintas, tais como os registros testemunhais, os relatos de memória, as narrativas elaboradas por não historiadores entre outros. Considera-se ainda que estas modalidades de representação são também formas de tornar utilizável o passado representado em função das demandas colocadas pelo presente e em função das perspectivas de futuro elaboradas.

as pautas e a ênfase; como um profissional do relato”.⁶ Nesse sentido, a história se constituía como sua principal força, encontrando-se ela, ao mesmo tempo, ao lado da lembrança e do conhecimento.

Mas a história foi também sua principal fraqueza. Neste momento entra em cena outro personagem significativo, outro historiador: Benito Bermejo. Sua importância se deve ao fato de que, a partir de algumas pesquisas iniciadas desde o começo dos anos 2000, Bermejo conseguiu provar em 2005, às vésperas da comemoração dos 60 anos da libertação do campo de Auschwitz, que boa parte do que Marco narrava sobre sua história, a parte mais fundamental, diga-se de passagem, era falsa; nada mais era que uma mentira inventada por ele. Marco jamais esteve confinado em um campo de concentração, sua participação na guerra civil espanhola foi mais modesta do que alardeava, e se, de fato, foi preso pelos alemães em 1941, sua detenção durou pouco tempo e não foi motivada por uma suposta atuação como resistente republicano. A verdade é que Marco seguiu para a Alemanha voluntariamente a partir de um acordo entre Franco e o governo nazista que previa a ajuda da Espanha fornecendo mão-de-obra para atuar no esforço de guerra alemão.

Como indica Javier Cercas no livro escrito sobre o caso, intitulado significativamente *El impostor*, a mentira foi uma constante na vida de Marco, a ponto de mentir, entre tantas outras coisas, sobre a própria data de seu nascimento: ao contrário do dia 14 de abril como foi informado anteriormente, Marco nasceu dois dias antes, conforme atesta sua certidão de nascimento. E não se trata de mero lapso de memória ou de informação desencontrada, mas sim, segundo Cercas, de uma mentira conscientemente elaborada, pois permitiu sempre que ele relacionasse sua própria história com a história espanhola a partir de uma falsidade que tornava possível que começasse seu relato da seguinte maneira: “me chamo Enric Marco e nasci no dia 14 de abril de 1921, justamente dez anos antes da proclamação da segunda República espanhola” (Cercas, 2014, p.27).

6 Soy un embustero, pero no un falsario. *El País*, 26 jun. 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/06/26/domingo/1309060356_850215.html; Acesso em: 21 jan. 2016.

Se o nascimento se deu no dia 12, outro fato nos parece digno de nota. O lugar onde veio à luz chamava-se Sant Boi de Llobregat, mas não era propriamente uma maternidade: tratava-se de um abrigo manicomial para mulheres, onde sua mãe havia sido internada em janeiro do mesmo ano, cerca de dois meses antes do seu nascimento. Se há algo de insano na postura de Marco, seu nascimento em um lugar da desrazão faz recordar algo que Michel Foucault sugere ao escrever sua *História da loucura*: o fato de que, nas peças e comédias renascentistas, o personagem do louco era também o abrigo último da verdade: “se a loucura conduz todos a um estado de cegueira onde todos se perdem, o louco, pelo contrário, lembra a cada um sua verdade; na comédia em que todos enganam aos outros e iludem a si próprios, ele é a comédia em segundo grau, o engano do engano” (Foucault, 1989, p.14).

§

Voltemos, neste momento, às indagações sugeridas antes: pode um mentiroso dizer a verdade?, pode a mentira dita por ele assumir um valor de veracidade para a história e, com isso, manifestar algum tipo de validade moral? À parte o fato dele não ter vivido os fatos que disse ter vivido, a experiência por ele relatada está inegavelmente amparada em dados concretos da experiência histórica: a guerra civil ocorreu, a militância republicana ocorreu, a deportação de espanhóis ocorreu, o confinamento em campos concentracionários ocorreu, Flossenbürg teve existência concreta. O “detalhe” aqui reside no fato de que Marco jamais foi seu prisioneiro de número 6.448. Ou seja, sua mentira possui altas doses de veracidade: assim como as mentiras das histórias verdadeiras de Luciano, ela é igualmente plausível e verossímil. Apenas, neste caso, Marco esqueceu-se de avisar seus interlocutores desta particularidade. O pacto estava rompido.

Além disso, sua falsidade quixotesca certamente desempenhou um papel moral importante, o que foi usado por ele em sua própria defesa. Como ele mesmo respondeu diversas vezes nos jornais, “mentiu para ressaltar a verdade”. Além disso, Marco, valendo-se enormemente da

voga memorialista que Nora chamou de tirania, fez do assunto um tema nacional, deu amplitude cívica ao debate, educou as novas gerações sobre os acontecimentos nefastos vividos pelos espanhóis nos anos 1930 e 1940. Como ele ressaltou em entrevista: “eram todas verdades: vivências pessoais ou vivências que muitos deportados me haviam confiado”. Indagado sobre o fato de assumir para si experiências alheias, sua resposta foi significativa:

eu explicava o que eles não eram capazes de explicar. Eu explicava com veemência, com a eloquência necessária. E funcionava. Todos gostavam. Não era vaidade, era serviço: eu emprestei minha voz aos deportados. Dava-lhes voz, eu falava em seu benefício [...]. Mentindo sobre mim, transmitia melhor minha tragédia e a de meus companheiros, tinha mais gancho... Valia a pena! Acaso não era útil? Acaso não saíam verdades de meus lábios?.⁷

De fato, a eficácia do discurso de Marco foi atestada pelo jornalista de *El País*:

Assim, o discurso do embusteiro construído sobre o artifício de anedotas emprestada ou inventada tinha mais êxito que a versão autêntica dos fatos; a mentira bem adubada resultava mais efetiva que a verdade desnuda [...] A tese provada por Enric Marco é que a história bem contada por um farsante resulta mais atrativa que a do protagonista que ofereceu testemunho direto [...] Enric Marco é um gênio comunicativo que, como bom embusteiro, sabe que as mentiras devem ter um ingrediente de verdade.⁸

7 As três últimas citações foram retiradas da entrevista: *Mentí para resaltar a verdad. ¿Debo pedir perdón por eso?*. *La Vanguardia*, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2009/09/23/pagina-76/80123651/pdf.html>; Acesso em: 21 jan. 2016.

8 Soy un embustero, pero no un falsario. *El País*, 26 jun. 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/06/26/domingo/1309060356_850215.html; Acesso em: 21 jan. 2016.

Ou seja, não há, no fundo, um certo valor de verdade em sua imposição? Não há nela certa validade moral? Seu embuste não se enquadra dentro daquelas mentiras úteis à sociedade, os mitos, sugeridas por Platão e mantidas ao longo dos séculos na cultura ocidental, como recorda Carlo Ginzburg (2001, p.42-84)? Não estaria, neste caso, o falsário muito próximo do historiador?

Evidentemente, a resposta é e deve ser sempre pela negativa: não há verdade moral na mentira, trata-se de uma contradição nos termos. Mas este posicionamento irredutível não deve também conduzir à apatia teórica, pois nossa personagem nos faz pensar muito sobre a própria função da história e suas próprias modalidades de uso do passado. Afinal, o que Marco deixa claro em seu gesto é a possibilidade da história ser utilizada para a produção do falso. No limite, foi seu vasto conhecimento sobre a história que permitiu a ele sustentar, de forma bastante crível a ponto de enganar um país inteiro, suas mentiras. Marco chegou ao limite de forjar inclusive o documento que asseguraria sua passagem pelo campo, tomando o lugar de outro indivíduo com nome parecido com o seu (Enric Moner Castells). Como é sabido, o trabalho dos falsários ao longo dos tempos foi de extrema importância para a conformação do método crítico em diversos campos de saber, como a filologia, a numismática, a crítica de arte e, obviamente, a própria história (Grafton, 1990). Não seria despropositado sugerir aqui que Marco, a partir de uma mentira histórica, *fez história*.

O saber histórico não é um objeto estanque, estável, a-histórico, evidente por ele mesmo. Tampouco é uma espécie de monopólio dos historiadores, como se eles possuíssem alguma forma de cláusula pétrea que lhes concedesse o direito exclusivo de se falar *a partir da* história, todos os outros sendo meros amadores ou, pior, “apenas jornalistas”. O historiador é mais um participante deste jogo, que é jogado muitas vezes de forma tensa, com uma torcida pouco amistosa e com jogadas desleais por parte de muitos jogadores (historiadores incluídos). Por isso, quanto à formulação sobre sua função social, desde logo uma distinção deve ser feita, entre a função da história e aquela do historiador. Afinal, cabe

indagar se, de fato, é adequado tratar como coisas semelhantes a função atribuída ao campo de saber e aquela conferida a um dos seus praticantes.

Assim, falar da *função social do historiador* implica desde já um recorte evidente: o historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc. Por outro lado, ao se falar de uma *função social da história*, tal recorte não está necessariamente implicado, já que é possível sustentar que a história é um objeto de uso de vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem ou são reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores.

A ambiguidade terminológica permite e define esta condição: antes de uma disciplina científica e universitária, a história é uma narrativa sobre o tempo e sobre a experiência humana do tempo. Ela não é monopólio de uma categoria, tampouco necessita, *para existir enquanto narrativa*, do cumprimento dos protocolos disciplinares que regem a prática científica. Afinal, a história enquanto tal é atravessada por múltiplos discursos que vão desde a literatura até o jornalismo, passando por campos como o direito, a educação, a teologia, a filosofia e, por que não, o mundo dos falsários. Assim, ao se falar d'a história ou d'o historiador, há que se considerar a dimensão contextual destas categorias, ou seja, assumir que a história tem, ela própria, uma historicidade, bem como o entendimento que em diferentes contextos se produz sobre o que é ou quem ocupa o lugar de historiador. Nesse sentido, talvez mais adequado do que se falar de funções para a história, seja pensá-la a partir de seus mais variados usos públicos e políticos. Trata-se de um deslocamento da questão: *do para que serve a história?* passamos para *de que forma a história é usada?*

Falando justamente sobre o contexto de comemorações dos sessenta anos da libertação do campo de Auschwitz, momento em que a imposição de Marco foi denunciada, Enzo Traverso discutia a questão dos

usos do passado em um ambiente de obsessão memorialista. Para ele, “o temor do esquecimento já não existe. Se há temor, como assinalaram vários comentaristas, ele é mais dos efeitos negativos de um ‘excesso de memória.’ Resumindo, o risco não é esquecer a *Shoah*, mas sim fazer uma má utilização da sua memória, embalsamá-la, encerrá-la nos museus e neutralizar o potencial crítico, ou pior, de fazer uma *utilização apologética* da atual ordem do mundo”. Nesse sentido, prossegue o autor, ao estabelecer o holocausto como espécie de negativo da sociedade contemporânea, outras situações traumáticas acabam por ser relativizadas em função daquela memória que se impõe como parâmetro comparativo (Traverso, 2007, p.69-70).⁹

Tal é a razão pela qual o tema dos usos públicos e políticos do passado e da história emergiu, nas últimas décadas, com particular intensidade nos atuais debates historiográficos. François Hartog e Jacques Revel ofereceram sobre isso uma “nota de conjuntura historiográfica” em uma obra ocupada com situações em diferentes realidades históricas (Hartog; Revel, 2001). Na França, por exemplo, as questões sobre os usos da história assumiram tamanha repercussão que, em 2005, foi fundada a associação *Liberté pour l’histoire*, presidida à época por René Rémond e atualmente sob a presidência de Pierre Nora. Conforme consta no manifesto redigido por Nora e Françoise Chandernagor, os participantes, “movidos por intervenções políticas cada vez mais frequentes na apreciação dos eventos do passado e por procedimentos judiciais envolvendo historiadores e pensadores, entenderam lembrar que a história não era nem um religião, nem uma moral; que ela não deveria ser a escrava da atualidade, nem ser escrita como ditada pela memória; que a política de Estado não era a política da história”.¹⁰ No mesmo ano, foi criado por Gérard Noiriel, entre outros, o *Comité de Vigilance Face aux Usages Politiques de l’Histoire*, cujo manifesto chamava a atenção para os riscos

9 Traverso menciona, por exemplo, os casos dos campos de prisioneiros de Guantánamo e de Abu-Ghraib, ressaltando que justamente seus representantes participavam das solenidades do 60º aniversário de libertação dos campos de Auschwitz.

10 Conferir o site da Associação: <http://www.lph-asso.fr/>.

de uma instrumentalização da história em relação à voga memorialista, especialmente a partir de iniciativas de judicialização das abordagens historiográficas em relação ao passado por meio das chamadas “leis memoriais”.¹¹ A *École des Hautes Études en Sciences Sociales* mantém atualmente um ateliê de pesquisa e reflexão sobre os “usos públicos do passado”.¹²

Assim, falar em termos de usos públicos ou políticos do passado e da história traz para o primeiro plano alguns dos elementos definidores da prática historiográfica contemporânea, fazendo pensar no ofício do historiador a partir daquilo que, em princípio, é sua imagem em negativo: o trabalho do falsário. No contexto brasileiro, algumas situações permitem também situar a discussão aqui proposta.

§

Saindo do exemplo de Marco, valemo-nos de uma imagem que circulou e tem circulado recorrentemente em meio ao turbulento momento político em que vivemos no Brasil. Trata-se de uma caricatura feita pelo cartunista Iotti, na qual são representadas duas pessoas: a primeira segue, com a cara enfezada, empunhando um cartaz no qual se lê: “Pela volta dos militares! Ditadura já”. Atrás dele segue outra pessoa, a feição preocupada olhando para o observador, empunhando outro cartaz: “Por mais aulas de história para essa gente”.¹³ A imagem traz a ideia, que historiadores gostam tanto de propagar à revelia do que Nietzsche já alertara em 1872, de que quanto mais história melhor para a sociedade, contendo implícita a noção de que os traços marcantes de nossa cultura

11 O texto do manifesto encontra-se disponível em: <http://cvuh.blogspot.com.br/2007/02/manifeste-du-comite-de-vigilance-face.html>; Acesso em: 21 jan. 2016.

12 Conferir o site do ateliê: <http://usagespublicsdupasse.ehess.fr/>. Ainda sobre o ambiente francês, remetemos ao texto que sintetiza parte das questões atuais sobre o “dever de memória” na França, escrito por HEYMANN, 2006.

13 IOTTI. Protesto pela volta da ditadura e por aulas de história. Charge. *Zero Hora*, 8 dez. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/12/iotti-protesto-pela-volta-da-ditadura-e-por-aulas-de-historia-4658862.html>; Acesso em: 21 jan. 2016.

política autoritária são devidos a uma suposta ausência de história, a uma falta de aulas sobre a história ou, no mínimo, a uma visão equivocada dela.¹⁴ Mas, não custa perguntar: será mesmo? O sentido da imagem não carrega a ideia, já um tanto gasta, de que estudar história é aprender com as lições do passado no sentido de não cometer os mesmos erros já cometidos? E tal ideia, manifestada no recorrente *topos* ciceroniano da história como mestra da vida, não estaria esvaziada de sentido em nossa cultura histórica contemporânea, marcada pelo fetichismo do passado, transformado em objeto de consumo, pela naturalização da memória como orientadora da experiência e pelo fechamento do horizonte de expectativa como organizador de nossa temporalidade?¹⁵

Para ficar em apenas um exemplo disso, que assume aqui o tom de uma provocação aos historiadores, cabe mencionar a formulação de Hans Ulrich Gumbrecht:

talvez possamos dizer que o interesse popular pelo passado tem alcançado certo apogeu, e, ao mesmo tempo, a legitimação da disciplina histórica, que passava por afirmar um ensinamento político, existencial e filosófico com a história, mais ou menos desapareceu. Isso não tem acarretado nenhum problema para nosso interesse pela história, mas cria um problema de legitimação para a historiografia. Vivemos uma situação ambivalente: um crescente fascínio pela história e pelo passado, de um lado, e um ceticismo enorme quanto à possibilidade de a história ou a historiografia ensinarem (Gumbrecht, 2011, p.26).

Tomemos uma situação do nosso cotidiano midiático, o caso de uma intervenção pública de um historiador acadêmico. Em 19 de fevereiro de 2014, nos preparativos para os momentos de “comemoração” dos cinquenta anos do golpe de 1964, o jornal *O Estado de São Paulo* publica um pequeno texto intitulado “Golpe à brasileira”, assinado por Marco

14 “Mas, logo que se abusa da história ou que lhe atribuímos muito valor, a vida se estiola e se degenera” (NIETZSCHE, 2005, p.68).

15 KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013; DE GROOT, 2009.

Antonio Villa, que é ali definido como *historiador*.¹⁶ O exemplo é significativo por estas duas razões: trata-se de uma intervenção feita por alguém que a sociedade reconhece como falando a partir do conhecimento histórico e também pelo lugar onde tal intervenção ocorre, fora das supostas redomas da universidade. Analisemos os elementos do artigo.

O argumento principal do texto, que serve também de introdução ao livro de Villa publicado no mesmo ano, *Ditadura à brasileira* (2014), é o seguinte: uma fração importante da esquerda brasileira que atuava na década de 1960, sobretudo aquela envolvida com a militância armada, tinha ela própria tendências golpistas, terroristas e, em certa medida, foi a grande motivadora da violência da repressão estatal. Trata-se da reprodução de uma construção discursiva baseada na chamada *teoria dos dois demônios*, desenvolvida durante os processos de transição política na Argentina e no Brasil, que responsabilizava as Forças Armadas e os militantes da esquerda armada pela violência do período. Em outras palavras, havia uma equiparação ética e de responsabilidades entre práticas de terrorismo de Estado e de violência revolucionária, que acabava por construir uma versão da sociedade civil como vítima da violência generalizada, reduzindo a conflitividade e a polarização política do período ao confronto das forças de segurança contra as organizações guerrilheiras. Villa mantém essa argumentação ao longo de toda sua intervenção, dizendo que a grande vítima neste conflito entre a direita e a esquerda seria a democracia.

Vejamos como o argumento é construído. A primeira frase situa o contexto da intervenção: “às vésperas dos 50 anos do golpe militar torna-se necessário um resgate da História para entendermos o presente”. A menção à efeméride articula os campos da memória, da história e do tempo presente. A história, escrita com “h” maiúsculo, é o elemento central, aquilo que deve ser “resgatado”. O texto continua partindo deste imperativo do resgate à contextualização do processo histórico no qual

16 VILLA, Marco Antonio. Golpe à brasileira. *O Estado de São Paulo (São Paulo)*, 19 fev. 2014. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,golpe-a-brasileira-imp-,1131917>; Acesso em: 02 maio 2016.

se situa o ano de 1964. O leitor é informado de que, naquele período, o Brasil é um país dividido politicamente, paralisado, em grave crise econômica. Dois dos “velhos adversários da democracia” atuavam e agravavam a situação. Entre eles, a “direita brasileira”, que compactuava com as forças armadas para impor, com a força e armada, suas próprias diretrizes políticas. Fim do primeiro parágrafo.

Os outros nove parágrafos são dedicados ao segundo dos assim chamados “velhos adversários da democracia”, no caso, a “esquerda comunista”. Para o autor, também se trata de uma opção política avizinhada dos quartéis, citando, por exemplo, o caso da chamada “intentona comunista” de 1935 (definida no livro como “rebelião comunista”). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), escolhido entre os expoentes da chamada “esquerda comunista”, teria ele próprio seu pé nas forças armadas e também uma clara tendência golpista. Mais à esquerda do PCB, havia 1) a esquerda guerrilheira, no caso, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com treinamento na China comunista; 2) a esquerda camponesa das Ligas que preconizavam a reforma agrária e, em suas táticas guerrilheiras, vinculavam-se à Cuba; 3) os “adeptos de Leonel Brizola”, também com, acreditava-se, amplo apoio militar. Ou seja, assim como a direita, a esquerda militarizava sua atuação política e tinha interesse de impor, por esta via, suas diretrizes políticas. Fim do segundo e do terceiro parágrafos.

Em meio a estes grupos militares e paramilitares, o presidente João Goulart, igualmente com apoio dos quartéis, tendo como opção, segundo o autor, a imposição da reeleição (algo proibido legalmente) e também com o intento de, nas palavras citadas no artigo, “cortar a cabeça” da direita. Em resumo, seja à direita, seja à esquerda, seja no governo, todos tinham tendências golpistas e apelavam para a estrutura militar. Fim do quarto parágrafo.

No quinto parágrafo, já estamos em meio ao golpe de 1964. Sobre tais fatos, diz-nos o autor, “foram construídas interpretações para uso político, mas distantes da História”. Entre as interpretações “distantes da História”, aquela que sustentava a “associação” da ditadura brasileira com a ditadura argentina, uruguaia, chilena e paraguaia. Para Villa, “nada mais falso”. Sem desenvolver melhor sua questionável recusa o autor segue

para a consideração sobre as origens “positivistas” do autoritarismo e da tradição antidemocrática brasileira, nascida apenas, como ele sugere, no final do Império: “o desprezo pela democracia rondou o nosso país durante cem anos de República”. Nenhum comentário sobre o passado da monarquia escravista. O parágrafo termina com a tábula rasa: conservadores e progressistas no Brasil foram sempre antidemocráticos.

Em seguida, um salto narrativo inusitado: o parágrafo seguinte joga ao leitor outro argumento descolado dos anteriores, segundo o qual o regime militar “não foi uma ditadura de 21 anos”. Neste caso, interessa menos a discussão sobre a cronologia do período e mais a estratégia discursiva em jogo: o autor em nenhum momento do texto publicado no jornal define a ditadura como ditadura, trata-se sempre de “regime militar”. Além disso, outro subterfúgio é utilizado. Citamos o trecho: “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 — até o Ato Institucional nº 5 (AI5) —, com toda a movimentação político-cultural que havia no País. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim?”. Não é difícil perceber o artifício retórico travestido em frágil silogismo: se há “movimentação político-cultural”, mesmo que não se defina claramente o que isso significa, não pode haver ditadura. Sem que o argumento seja minimamente respaldado, o autor joga para o leitor a responsabilidade da resposta, perguntando “que ditadura no mundo foi assim?”. De todo modo, neste parágrafo somos então informados que, se ditadura houve, ela foi apenas entre 1968 e 1979. Fim do parágrafo.

Dali até o final, o foco do artigo encontra-se no tema da memória sobre os eventos. Para uns, os militantes da luta armada lutavam em prol da liberdade, para outros, os militares retornaram heroicamente à caserna com o sentimento de dever cumprido. Conclui o autor: “num país sem memória, é muito fácil reescrever a História”. Não é preciso aqui grande esforço teórico para sustentar que, mesmo em uma sociedade saturada de memória, a história poderá e será sempre reescrita.¹⁷

17 A noção de uma “memória saturada” é emprestada das análises de ROBIN, 2003.

Novamente, o artifício retórico apela para uma redundância com ares de argumento historiográfico. E a história proposta por Villa nos diz que a luta armada se caracterizou apenas por ações criminosas isoladas (assaltos a bancos e sequestros), sem qualquer apoio popular, e, pior ainda, desconsiderando as possibilidades de luta política não armada em prol do ali chamado “foquismo guevarista”. A conclusão é que se tratou tão somente de atos terroristas por parte da esquerda. Mas, não satisfeito, é estabelecida no texto uma imputação causal: foi este suposto terrorismo que deflagrou o terrorismo de Estado. A violência repressiva realizada pelo aparelho do Estado foi tão somente reativa, uma resposta dada à violência esquerdista que a antecedeu.

O texto se encerra com o que se poderia chamar de coitadismo historiográfico: diante da memória “imposta” pela versão da militância da luta armada, o autor sustenta que “quem os questiona é tachado de adepto da ditadura”. Ou seja, pobre é o historiador que escreve *a história tal como ela efetivamente ocorreu*.

Mas Villa não cede aos perigos da empreitada e, assumindo de peito aberto os sacrifícios da escrita da verdade histórica salientados por Luciano de Samósata, conclama seus leitores:

temos de refutar as versões falaciosas. Romper o círculo de ferro construído, ainda em 1964, pelos adversários da democracia, tanto à esquerda como à direita. Não podemos ser reféns, historicamente falando, daqueles que transformaram o antagonista em inimigo; o espaço da política, em espaço de guerra. (19 fev. 2014).

Fim do artigo, fim da história: estamos plenamente no âmbito da memória e de seu uso público e político.

§

Voltemos aos antigos, em um pequeno interlúdio entre os *marcos* aqui analisados. Na noite do dia 21 de julho de 356 a.C., Heróstrato pôs fogo no templo de Artemis, em Éfeso, na atual Turquia. Afirmou-se que

desejava fama a qualquer preço e, por seu rompante de grandeza — do qual nunca se furtou à responsabilidade do ato cometido — foi condenado à morte e ao esquecimento: os cidadãos efésios promulgaram um decreto proibindo qualquer menção ao seu nome — *Damnatio memoriae*, ou “danação da memória” —, cuja desobediência era punida com pena capital. Porém, o registro do episódio e sua conservação até os dias de hoje evidenciam o descumprimento da proibição; talvez seja desnecessário afirmar que os responsáveis por tal delito sejam dois historiadores, Públio Valério Máximo e Teopompo. Dois mil anos mais tarde, o ato de notoriedade e virtuosismo do incendiário foi apropriado por psicanalistas para desenvolver uma teoria sobre a “síndrome de Heróstrato”. Embora não nos caiba realizar nenhum diagnóstico psicológico de Marco (o impostor) poderíamos propor que o sujeito-vítima sofre, invariavelmente, de tal síndrome, na medida em que a autoridade de sua experiência o conduz à posteridade — ou à imortalidade, parafraseando Fernando Pessoa (2000). Marco é um sujeito-vítima; falso, mas assim forjou sua identidade. Para Ricard Vinyes, o sujeito-vítima “é mais que uma pessoa (uma biografia, uma história); se converte em um ente, uma instituição universal que gera um espaço de consenso legitimado pela pena em relação à dor sofrida, uma dor estritamente corporal” (Vinyes, 2009, p.42). A dupla autoridade de Marco enquanto testemunha, observador ocular e partícipe, e enquanto profissional, historiador, provém, no primeiro caso, do consenso que se cria em torno da dor que sofrera, do sentimento de piedade que seu relato desperta; e, no segundo caso, das funções sociais a si mesmo atribuídas enquanto historiador, da luta contra o esquecimento, do dever de memória.

Trata-se da mesma demanda exigida pela sociedade em relação aos sobreviventes de regimes autoritários e totalitários do século XX, e, ao mesmo tempo, da lógica que vige na elaboração de políticas públicas de memória na maioria desses países: ao invés de reparações que visem a coletividade, prefere-se cultuar a vítima a partir de seu sofrimento, e não apurar as responsabilidades e os posicionamentos políticos do Estado: a discussão centra-se nos benefícios, e não nos sentidos da reparação. São novos heróis e, como diz Brecht, pobre das nações que precisam de heróis.

Se o pseudo heroísmo de Enrique Marco não possuía nenhum ineditismo, ele também não foi inédito no ato da impostura. Paul Ricoeur (2000) afirma existirem três motivos que compelem à falsificação na história: impedir a memória, manipular a memória e impor determinada memória. Os episódios de pessoas que se fizeram passar por sobreviventes do Holocausto são muitos, alguns inclusive citados por Javier Cercas. Outro caso notório foi o de Binjamin Wilkomirski, cujo embuste rendeu inúmeras análises. Um dado da sua biografia merece aqui destaque: Wilkomirski, na verdade, Bruno Dössekker, ou ainda Bruno Grosjean, é historiador.

Em seu livro *Fragments*, publicado em 1995 e traduzido e publicado no Brasil em 1998, conta sua experiência nos campos de Majdanek e Auschwitz e sua posterior adoção por um casal suíço. Em seu caso, o dever de memória é aclamado pela crítica, recebendo inúmeros prêmios e sendo qualificado como “fardo do século” (Heuer, 2006, p.40). Tratou-se de uma obra moralmente importante. Neste mesmo ano, sua impostura veio à público através da investigação realizada pelo escritor Daniel Granzfried a pedido do jornal suíço *Weltwoche*. Mesmo que no posfácio da obra afirme “a verdade sancionada na justiça é uma coisa, a verdade de uma vida é outra”, fornecendo indícios de sua múltipla identidade, a obra foi recebida como um relato testemunhal pelo grande público e por especialistas no tema.

Enquanto docente, motivado pelo dever de memória e pela transmissão da experiência, produziu materiais didáticos para seus alunos da educação básica. De acordo com Elena Lappin, autora de um dos principais artigos sobre Wilkomirski, que recuperou um desses exemplares, intitulado *Topics about the History of Palestine and the Middle East Conflict* [Tópicos sobre a história da Palestina e o conflito no Oriente Médio],

[...] termina com uma citação que Wilkomirski atribui a Himmler — embora ela em geral seja imputada a Goebbels: ‘quanto maior e mais monstruosa a mentira, maior a chance de que acreditem nela, pois é inimaginável que alguém tenha ousado inventar uma mentira de tais proporções. (Lappin, 2009, p.236).

Além disto, Wilkomirski organizou um arquivo privado com informações sobre crianças sobreviventes dos campos de concentração e mais de dois mil exemplares de livros, o que leva a autora a refletir sobre história, moral e verdade. “Na tentativa de evocar o passado, o memorialista precisa recriá-lo e, ao fazê-lo, pode se sentir tentado a fantasiar: um detalhe aqui e acolá, uma cena, um diálogo.” Essa “tentação” é aceita e reconhecida como o papel da imaginação na elaboração da narrativa histórica e também nos processos de evocação mnemônica. Porém, mais instigante e controverso é seu questionamento decorrente destas “liberdades inventivas”: “em todo caso, será que é importante o fato de *Fragmentos* ser realidade ou ficção? Não bastava a narrativa ser tão comovente e vigorosa que fizera centena de milhares de leitores pensarem a respeito e talvez “sentir” — se não entender — o Holocausto?” (Lappin, 2009, p.208)

Não se poderia imaginar uma impostura em se tratando das memórias de uma criança, embora alguns especialistas no tema tenham desconfiado da acuidade do relato de Wilkomirski. Tratava-se da exacerbação da autoridade do testemunho, por se tratar de uma criança frente à experiência do inenarrável. Suas memórias autênticas do sofrimento vivido como um filho bastardo, além da experiência dos abrigos e orfanatos e do processo de adoção foi transposta para o campo de concentração e para a indefinição do pós-guerra.

A narrativa sobre uma vítima de um campo de concentração tem a vantagem de ser compreendida e aceita por toda parte, visto que a memória da Shoah se estabeleceu para além do contexto judaico-alemão como conhecimento coletivo e a literatura da memória tornou-se sempre mais abrangente. As chances de uma aprovação sem reservas, no caso dessa narrativa, são maiores do que numa história de uma criança infeliz, ilegítima, proletária e adotiva. (Machler *apud* Danziger, 2003, p.73).

Em defesa de Wilkomirski, seu editor estadunidense, Arthur Samuelson, afirmou que a diferença entre fatos e ficção não interessava para a compreensão do livro. Segundo ele, “é um livro muito legal. [...]

O livro só é uma fraude se você o denomina de não ficção. Então eu tornaria a editá-lo, na categoria de ficção. Talvez ele não seja verdadeiro; neste caso, o autor é ainda melhor!” (Lappin, 2009, p.244). Em outras palavras, a responsabilidade pela não-ficcionalidade do relato era delegada ao leitor, ao encará-lo como um relato factual. Todavia, Wilkomirski não somente falsifica a história como, nos termos de Wolfgang Heuer (2006), elabora “um relato de vida conscientemente falsificado”, reivindicando uma experiência que não possuiu.

Embora ainda restrito ao âmbito das hipóteses, poder-se-ia argumentar que o surgimento de narrativas falsas amparadas pelo “dever de memória” constitui-se uma evidência da paranoia sobre a impossibilidade do esquecimento, característica da sociedade ocidental nas últimas décadas, onde a memória adquiriu contornos que configuram um novo *topos*. Ainda de acordo com Heuer, “esses impressionantes sucessos não são imagináveis sem um contexto receptivo, ou até uma procura ansiosa por histórias desse tipo. Inclui-se, nesse contexto, todo o aparato cultural e científico que se dedica ao Holocausto: as editoras, os meios de comunicação, os psicólogos e os historiadores” (2006, p.42).

Neste sentido, é importante lembrar as conjunturas da “emergência” de Marco e de Wilkomirski. Enquanto o primeiro está inserido na conjuntura de recuperação da memória histórica pós-franquismo, já o lançamento de *Fragmentos* está inserido nas comemorações e rememorações dos 50 anos do término da Segunda Guerra Mundial. A transmissão da experiência faz parte das obrigações éticas e morais que orientam esse dever, e, frente às discussões apresentadas anteriormente, levam-nos a questionar a autoridade e a legitimidade da fala: esta estaria restrita apenas àquele que experienciou a realidade narrada? Desta forma, não se estariam estabelecendo monopólios de enunciação discursiva? Voltando ao questionamento anteriormente sugerido, se Marco e Wilkomirski descrevem seus atos como “moralmente importantes”, qual a dimensão ética dessa (im)postura?

Novamente, não nos cabe determinar o quanto as construções de memórias dos dois personagens possuem de trabalho intelectual ou dano psicológico, apenas ressaltar os usos que fizeram da história e em

que conjuntura essas memórias vieram à tona. Sobretudo, convém aqui ressaltar que, em ambos os casos, o trabalho do falsário se converte em uma forma particular de uso do passado. Neste campo, portanto, os historiadores não são os únicos atuantes.

§

Não é preciso citar a velha máxima de que toda história é história contemporânea para sustentar o argumento de que, ao falar sobre o passado, Marco Antonio Villa está agindo sobre o presente. Sua intervenção também pode ser pensada como algo motivado pelos impasses e pelos embates em torno da memória de fatos recentes no Brasil; sua posição se insere no âmbito da voga memorialista que, nos últimos anos, trouxe para a discussão política no país a questão sobre o que fazer com o passado, com a memória e com a história brasileira da segunda metade do século XX. Sua escrita da história, assim como sua atuação midiática, são também formas de uso público e, portanto, político do passado. Como tal, deve ser pensado igualmente em seu caráter performativo: é mais um lance entre os jogadores que atuam nestes embates que são combates pela memória. Dessa forma, convém reavaliar com bastante cuidado a posição que estabelece, como na caricatura de Iotti, uma linearidade proporcional entre mais história/aulas de história e menos autoritarismo. O que sugerimos é que não há como pensar a prática da história ou uma função social para ela sem levar em consideração o sujeito que a pratica e a própria função social por ele desempenhada. Afinal, não seria de todo uma ingenuidade supor que o pedido pela chamada “intervenção militar constitucional”, por exemplo, está sim amparado por um certo senso de história, por uma certa compreensão sobre o conhecimento e sobre o processo histórico do período compreendido entre os anos 1960 e 1980.

Isso significa fugir da visão cômoda e apaziguadora, difundida pelo senso comum e não de todo abandonada na academia, segundo a qual a história, enquanto uma “ciência objetiva”, estaria por ela mesma preservada dos impasses sociais e das disputas políticas que definem determinado

contexto. Se o conhecimento, como Michel Foucault sugeriu, é menos uma faculdade humana inata do que um acontecimento e, como todo acontecimento, assume sua dimensão política,¹⁸ o gesto historiográfico, como forma de atuação pública, é ele também um gesto político, e pode assim ser encarado.

A atenção às variadas formas de usos públicos do passado pode ajudar a lançar luz sobre os fatos e incitar a reflexão crítica. Os casos aqui mencionados de Enric Marco Battle e de Marco Antonio Villa, nos parecem exemplos significativos disso. Pensar os usos da história pode, inclusive, auxiliar os historiadores a repensar os postulados fundamentais da sua disciplina. Afinal de contas, se cada historiador deve assumir e sustentar em sua prática o marco teórico que considera mais relevante e legítimo, cada sociedade, na escrita da sua história, entre historiadores e falsários, tem o Marco que merece.

AGRADECIMENTOS

A ideia deste texto nasceu em Barcelona, por ocasião de uma agradável conversa com o historiador Ricard Vinyes, em uma tarde de fevereiro de 2015. Na ocasião, comentávamos sobre a produção literária de Javier Cercas, quando Vinyes nos chamou a atenção para o caso envolvendo nosso personagem catalão. Manifestamos aqui nossos agradecimentos a ele. Uma primeira versão foi apresentada e discutida na Semana de História da UFPEL, em abril do mesmo ano.

18 “O conhecimento é, cada vez, o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento. O conhecimento é um efeito ou um acontecimento que pode ser colocado sob o signo do conhecer. O conhecimento não é uma faculdade, nem uma estrutura universal” (FOUCAULT, 1999, p.24).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A poética do Hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CERCAS, Javier. *El impostor*. Barcelona: Literatura Random House, 2014.
- CICÉRON. *De l'orateur*, livre deuxième. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- DE GROOT, Jerome. *Consuming history*. Historians and heritage in contemporary popular culture. New York: Routledge, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- FRIEDLANDER, Saul (comp.). *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la solución final*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, n. 17, p.213-221, nov. 1998.
- GINZBURG, Carlo. Mito. Distância e mentira. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.42-84.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRAFTON, Anthony. *Forgers and critics*. Creativity and duplicity in western scholarship. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora?. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2011. p.25-42.
- HARTOG, François. Le témoin et l'historien. In: HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions EHESS, 2005. p.191-214.

- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (dirs.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L'EHESS, 2001.
- HEUER, Wolfgang. A Síndrome de Wilkomirski: história falsificada. *Estudos Ibero-americanos*, n. 2, p.35-47, 2006.
- HEYMANN, Luciana. O 'devoir de mémoire' na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- JELIN, Elizabeth. ¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para qué? Actores y escenarios de las memorias. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009. p.117-150.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LAPPIN, Elena. O homem de duas cabeças. *Granta*, n. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p.199-260.
- LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2008.
- LUCIANO. *Histoires vraies et autres oeuvres*. Paris: Le Livre de Poche, 2003.
- MÄCHLER, Stephan. *Der Fall Wilkomirski*. Über die Wahrheit einer Biographie (2000) *apud* DANZIGER, Leila. Tarefa infinita: percursos entre história, memória e esquecimento. *Ipotesi*, vol. 7, n. 2, p.61-77, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC -RJ; São Paulo: Loyola, 2005.
- NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *Revista Musas*, n. 4, p. 6-10, 2009.
- PESSOA, Fernando. *Heróstrato e a busca da imortalidade*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2000.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales H.S.S.*, n. 4, p.731-747, juill.-août, 2000.
- ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris: Éditions Stock, 2003.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Historia, memoria, política. Barcelona: Marcial Pons, 2007.

- VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.
- VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009. p.23-66.
- WIEVIORKA, Annette. *L'ère du témoin*. Paris: Pluriel, 2003.